



**University of
Zurich**^{UZH}

**Zurich Open Repository and
Archive**

University of Zurich
University Library
Strickhofstrasse 39
CH-8057 Zurich
www.zora.uzh.ch

Year: 2015

Apresentação

Alves dos Santos Junior, Orlando ; Gaffney, Christopher

Posted at the Zurich Open Repository and Archive, University of Zurich

ZORA URL: <https://doi.org/10.5167/uzh-115167>

Book Section

Published Version

Originally published at:

Alves dos Santos Junior, Orlando; Gaffney, Christopher (2015). Apresentação. In: Ramalho, Ana Maria Filgueira. Recife: os impactos da Copa do Mundo 2014. Rio de Janeiro: Ana Maria Filgueira Ramalho, 7-11.

Ana Maria Filgueira Ramalho
(Organizadora)

Recife

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014



Oficina **de Livros**



Observatório
das Metrópoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

Recife

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014

EQUIPE

Coordenação:

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Orlando Alves dos Santos Junior.

Equipe Nacional:

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (*Coordenação*)
Orlando Alves dos Santos Junior (*Coordenação*)
Christopher Gaffney (*Coordenação*)
Carolina Pereira dos Santos
Erick Silva Omena de Melo
Juciano Martins Rodrigues
Patricia Ramos Novaes

Núcleo Recife:

Maria Ângela de Almeida Souza
(*Coordenadora Observatório das Metrópoles/Recife*)
Ana Maria Filgueira Ramalho
(*Coordenadora da pesquisa em Recife*)
Germana Maria Santiago de Mello (*Pesquisadora*)
Marcelo Allgayer de Holanda Cavalcanti (*Pesquisador*)
Raphael Cordeiro Pedrosa de Almeida (*Bolsista de apoio*)
Aline de Souza Souto (*Bolsista de apoio*)

Ana Maria Filgueira Ramalho
(Organizadora)

Recife

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014



Oficina **de Livros**



**Observatório
das Metrôpoles**
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

Copyright© Ana Maria Filgueira Ramalho (Org.), 2015.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem
os meios empregados, sem a autorização prévia e por escrito do(s) autor(es).

EDITOR
Ricardo Monteiro

DIAGRAMAÇÃO
Francisco Macedo

CAPA
André Mantelli

REVISÃO
Dos autores

R165r

Recife: os impactos da Copa do Mundo 2014/ organização de Ana Maria Filgueira
Ramalho. – Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2015.
104p.; il: 15,5x23cm.

Inclui bibliografia
Inclui sumário
ISBN 978-85-61843-64-9

1. Copa do Mundo, 2014. 2. Recife – Copa do Mundo. 3. Jogos – Futebol. 4. Competição
Internacional. I. Ramalho, Ana Maria Filgueira, 1965 - (org.).

CDD 796.334098134

Índice para catálogo sistemático: 1. Futebol: 796.3

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ
Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar – Ilha do Fundão
Cep 21.941-901 – Rio de Janeiro, RJ
Tel/Fax 55-21-3938-1950
www.observatoriodasmetropoles.net

OFICINA DE LIVROS EDITORA
Tel: (21) 2268-3497
atendimento@oficinadelivros.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>Orlando Alves dos Santos Júnior</i> <i>Christopher Gaffney</i>	
Introdução	13
<i>Ana Maria Filgueira Ramalho</i>	
CAPÍTULO I	
O planejamento e a gestão metropolitana para Copa do Mundo de 2014: construções e desconstruções na Região Metropolitana do Recife	17
<i>Ana Maria Filgueira Ramalho</i>	
CAPÍTULO II	
Copa das Confederações 2013 como experiência de megaeventos em Pernambuco	63
<i>Marcelo Allgayer de Holanda Cavalcanti</i>	
CAPÍTULO III	
“São Lourenço da Mata, Cidade da Copa”: a (re)construção da imagem da cidade e suas implicações na dinamica territorial	83
<i>Germana Maria Santiago de Mello</i>	

Apresentação

Orlando Alves dos Santos Junior

Christopher Gaffney

O projeto nacional “Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo e das Olimpíadas nas metrópoles brasileiras”, coordenado pelo INCT Observatório das Metrópoles, teve como objetivo ampliar o espectro analítico sobre as transformações físico-territoriais, socioeconômicas, ambientais e simbólicas associadas a estes megaeventos. Especial ênfase foi dada à distribuição dos benefícios e dos custos nas diversas esferas que envolvem o processo de adequação da cidade às exigências infra-estruturais para a realização dos referidos eventos, partindo-se de um ponto de vista comparativo em relação a experiências internacionais similares anteriores.

Assim, combinando uma metodologia qualitativa e quantitativa, o projeto investigou as transformações urbanas ocorridas nas cidades-sedes onde se realizarão os jogos da Copa do Mundo e das Olimpíadas (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal, Manaus e Cuiabá), bem como seus desdobramentos socioespaciais. Visando alcançar este objetivo, a análise se pautou pela utilização de quatro eixos interligados, quais sejam: (i) desenvolvimento econômico; (ii) esporte e segurança; (iii) moradia e mobilidade; e (iv) governança urbana.

A pesquisa evidenciou que os megaeventos esportivos no Brasil estão associados a implementação de grandes projetos urbanos e vinculados a projetos de reestruturação das cidades. Desta forma, não é possível separar a Copa do Mundo e as Olimpíadas dos projetos de cidade que estão sendo implementados. E isso se traduz no próprio orçamento que foi disponibilizado e nos investimentos realizados. A análise da pesquisa até o momento confirma a hipótese inicial de que associado aos megaeventos estaria em curso o que pode ser chamado de “nova rodada de mercantilização” das cidades, traduzida na eliti-

zação das metrópoles brasileiras associada à difusão de uma certa governança urbana empreendedorista de caráter neoliberal e do fortalecimento de certas coalizões urbanas de poder que sustentam esse mesmo projeto. É preciso registrar que esta é uma análise do ponto de vista nacional, que deve levar em consideração diferenças significativas entre as cidades-sede. O presente livro ressalta exatamente o resultado desta análise do ponto de vista do Recife.

No processo de preparação da Copa do Mundo, fica evidenciado que a gestão pública teve um papel central na criação de um ambiente propício aos investimentos, principalmente aqueles vinculados aos setores do capital imobiliário, das empreiteiras de obras públicas, das construtoras, do setor hoteleiro, de transportes, de entretenimento e de comunicações. Tais investimentos seriam fundamentais para viabilizar as novas condições de acumulação urbana nas cidades brasileiras. Nesse sentido, a reestruturação urbana das cidades-sedes da Copa deve contribuir para a criação de novas condições de produção, circulação e consumo, centrada em alguns setores econômicos tradicionais importantes. Estes setores são, principalmente os de ponta e o setor de serviços, envolvendo o mercado imobiliário, o sistema financeiro de crédito, o complexo petrolífero, a cadeia de produção de eventos culturais (incluindo o funcionamento das arenas esportivas), o setor de turismo, o setor de segurança pública e privada, e o setor automobilístico. Este último, aquecido com as novas condições de acumulação decorrente dos (des)investimentos em transporte de massas.

Nessa perspectiva, o poder público tem adotado diversas medidas vinculadas aos investimentos desses setores, tais como: isenção de impostos e financiamento com taxas de juros reduzidas; transferência de patrimônio imobiliário, sobretudo através das parcerias público-privadas – PPPs – e operações urbanas consorciadas; e remoção de comunidades de baixa renda das áreas urbanas a serem valorizadas. De fato, a existência das classes populares em áreas de interesse desses agentes econômicos se torna um obstáculo ao processo de apropriação desses espaços aos circuitos de valorização do capital vinculados à produção e a gestão da cidade. Efetivamente, tal obstáculo tem sido enfrentado pelo poder público através de processos de remoção, os quais envolvem reassentamentos das famílias para áreas periféricas, indenizações ou simplesmente despejos. Na prática, a tendência é que esse processo

se constitua numa espécie de transferência de patrimônio sob a posse das classes populares para alguns setores do capital.

Além disso, no que diz respeito a governança urbana, percebe-se a crescente adoção dos princípios do empreendedorismo urbano neoliberal, nos termos descritos por David Harvey, pelas metrópoles brasileiras, impulsionada em grande parte pela realização desses megaeventos. Esse projeto empreendedorista de cidade que está em curso parece ser marcado por uma relação promíscua entre o poder público e o poder privado, uma vez que o poder público se subordina à lógica mercantil de diversas formas, entre elas, através das parcerias público-privadas. Mas esta não é a única forma de subordinação do poder público verificada. Por exemplo, a Lei Geral da Copa, replicada em todas as cidades-sedes tanto por meio de contratos firmados entre as prefeituras e a FIFA como por meio de leis e decretos municipais, expressa uma outra forma de subordinação, pelo fato do Estado adotar um padrão de intervenção por exceção, incluindo a alteração da legislação urbana para atender aos interesses privados.

Por tudo isso, parece evidente que as intervenções vinculadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas envolvem transformações mais profundas na dinâmica urbana das cidades brasileiras. Com isso, torna-se necessário aprofundar a análise dos impactos desses megaeventos esportivos a partir da hipótese, aqui exposta, de emergência do padrão de governança empreendedorista empresarial urbana e da nova rodada de mercantilização/elitização das cidades. Este livro busca discutir estas hipótese à luz da experiência de Recife e contribuir para o enfrentamento dos processos em curso, na perspectiva da promoção do direito à cidade e da justiça social.

O presente livro está organizado em três artigos abordando diversas temáticas. O primeiro artigo, “O Planejamento e a Gestão Metropolitana para a Copa do Mundo de 2014: Construções e Desconstruções na Região Metropolitana do Recife”, escrito por Ana Maria Filgueira Ramalho nos traz uma reflexão sobre os processos de reestruturação territorial alcançados através de novos arranjos institucionais. No contexto da região metropolitana, o planejamento para o megaevento traz consigo situações “emergenciais” que são particulares ao evento em si. Este estado de emergência impulsiona a criação de coalizões políticas que atuam para liberar recursos públicos para

atender os interesses privados. Neste capítulo, Ramalho nos descreve uma conjuntura político-histórico-territorial na Região Metropolitana do Recife que pode ser considerada uma das mais ousadas e impactantes no Brasil. A criação da “Cidade da Copa” é assustador, cheio de contradições e ilegalidades. Esta cidade é em si um território de exceção, imaginado, projetado e criado por pessoas “diferenciadas”.

O segundo capítulo, “Copa das Confederações 2013 como Experiência de Megaeventos em Pernambuco”, escrito por Marcelo Allgayer de Holanda, nos traz uma reflexão sobre os investimentos feitos para sediar o megaevento em Recife e seus desdobramentos sobre o panorama esportivo. A criação de um estádio no subúrbio de São Lourenço da Mata é problematizado através de uma exploração dos times de futebol da cidade e suas respectivas infraestruturas. Vemos que a chamada Arena Pernambuco conta com financiamento público, e terá uma gestão (e lucros) privados, mesmo sem uma garantia que os principais times da capital Pernambucana jogariam ali. O modelo é o mesmo que vemos em outras cidades sedes. O estado financia empreendimentos esportivos sem o devido planejamento, entrega os novos espaços para empresas privadas e garante os lucros. No que se refere a esta temática, pode-se argumentar que um Estado que promove concessões, alterações legislativas e medidas administrativas de caráter excepcional, e se fecha para a participação da sociedade, corre o risco de abrir precedentes que ameaçam a própria democracia.

Em seguida, o capítulo “São Lourenço da Mata, Cidade da Copa’: A (re) construção da imagem da cidade e a recente dinâmica territorial”, escrito por Germana Maria Santiago de Mello procura-se explorar as transformações na imagem da cidade São Lourenço da Mata localizada na zona oeste da Região Metropolitana do Recife. Em plena tentativa de mudar as dinâmicas territoriais da região, a implementação da Cidade da Copa, cujo ponto de lance é justamente a Arena Pernambucana, é apresentada como um projeto imobiliário que emprega o simbolismo da Copa para criar um ambiente favorável. Consistente com outras cidades-sedes Germana nos apresenta com uma outra tentativa de consolidar um modelo de governança que privilegia o mercado imobiliário ao detrimento dos interesses públicos.

Em síntese, como o leitor poderá observar através da leitura dos artigos, pode-se dizer que a Copa do Mundo não representa uma

inflexão nos trajetória política da Região Metropolitana do Recife, que já vinha vivenciando uma transição na adoção de modelos neoliberais de política urbana. Mas representa uma aceleração e aprofundamento nesta direção. A política urbana metropolitana, sustentada na aliança entre as várias prefeituras da região e o Governo do Estado, parece estar caminhando na direção da elitização da cidade, sustentada em uma coalizão de poder que subordina o interesse público à lógica do mercado. Ao mesmo tempo, observa-se diversos processos de resistência e contestação que questionam este modelo e reivindicam uma cidade mais justa e democrática.

O projeto desenvolvido pela Rede Observatório das Metrôpoles contou com uma rede de pesquisadores e o engajamento de diversas instituições de pesquisa e universidades espalhadas pelo país. Em Recife, através do Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais, núcleo de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Pernambuco, que reúne por cooperação técnica os Programas de PósGraduação em Geografia e em Desenvolvimento Urbano e a FASE-PE e se vincula à rede Observatório das Metrôpoles.

O projeto contou com o apoio nacional da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a quem a equipe do projeto agradece, e sem o qual não seria possível desenvolver tal estudo. Além disso, cabe um agradecimento especial aos Comitês Populares da Copa, organizados nas cidades-sedes, e a Articulação Nacional dos Comitês Populares (ANCOP), que se constituíram em interlocutores privilegiados dos resultados da pesquisa ao longo do seu desenvolvimento.